

As operações humanitárias no contexto das operações de paz

A contribuição da Marinha do Brasil

*Raphael do Couto Pereira**

*Carlos Eduardo Gonçalves da Silva Maia***

Introdução

As alterações climáticas e o crescimento urbano desordenado têm afetado diretamente a vida da população mundial, na medida em que criam condições adversas e propensas a eventos relacionados aos desastres naturais. Tal fato, aliado às mazelas decorrentes dos atuais conflitos armados, constitui um cenário catastrófico com duas das maiores e mais graves crises já enfrentadas pela humanidade, quais sejam a alimentar e a questão dos refugiados. A ocorrência desses fenômenos tem sido cada vez mais comum neste século e acarreta danos econômicos, sociais e ambientais e, ainda, resultam na perda de vidas humanas.

Nesse contexto, observa-se a crescente demanda pelo emprego de militares em ações de ajuda humanitária, tanto em casos que envolvam guerras e conflitos armados, quanto em resposta a eventos naturais. Com

isso, as estruturas militares costumam desempenhar um papel de relevância, favorecidos por sua coesa estrutura organizacional e grande capacidade logística. Assim, a despeito de o propósito da missão dos militares estar comumente alinhado à garantia de um ambiente seguro e estável, por meio de ações e operações relacionadas à segurança, por vezes, faz-se necessária a atuação das tropas em ações diretamente relacionadas à ajuda humanitária, especialmente quando a presença de agências humanitárias é inexistente ou insuficiente, ou quando o acesso às populações mais afetadas se torna extremamente difícil.

Nos últimos anos, tem sido notória a participação de tropas brasileiras, já desdobradas em operações de paz, nas operações humanitárias. Ressalta-se que as operações de paz se desenvolvem em um ambiente difuso, repleto de incertezas e sujeito a catástrofes produzidas tanto pela mão do homem,

* CT Fuz Nav (EN/09), graduando no Curso de Segurança Pública e Social (UFF) e mestrando em Defesa e Segurança Civil, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Atualmente, exerce a função de observador militar na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO).

** CF Fuz Nav (EN/98, EGN/15), pós-graduado em Direito Internacional (Estácio/17). Serve atualmente como encarregado de divisão no Departamento de Doutrina do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

quanto pela natureza. Todas essas características contribuem para a grande probabilidade de ocorrência de uma operação humanitária no curso de uma operação de paz.

O emprego das tropas em ocasiões como essa exige grande flexibilidade, pois passarão a desempenhar tarefas adicionais que, em muitos casos, não possuem previsão no mandato da missão. Nesse sentido, alguns fatores poderão contribuir para o sucesso quando do cumprimento dessa multiplicidade de tarefas. Destaca-se, em primeiro lugar, o preparo das tropas envolvidas.

Uma grande contribuição por parte da Marinha do Brasil (MB) é o fato de poder lançar mão dos Fuzileiros Navais. Tropa anfíbia, expedicionária por natureza, integralmente profissional e, por conseguinte, com alto grau de comprometimento, possui militares exclusivamente admitidos por concurso público, desde o soldado mais moderno ao seu comandante-geral. São todos submetidos a um extenuante processo de preparação e seleção em todas as fases da carreira por meio de cursos e concursos internos, que visam preservar na Instituição os melhores recursos humanos. A manutenção de uma tropa com essas características confere à Força Naval e à sociedade brasileira uma capacidade de pronta resposta nos assuntos concernentes aos interesses nacionais bem como na dissuasão de potenciais hostilidades.

É importante ressaltar o emprego dos grupamentos operativos de fuzileiros navais (GptOpFuzNav)¹ quando integrados ao denominado “conjungado anfíbio” — genericamente entendido como conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir missões relacionadas à pro-

jeção do poder sobre terra. Os GptOpFuzNav podem ser empregados em diversos cenários, desde os relacionados à assistência humanitária, em situações de calamidade, aos conflitos generalizados, onde se necessite de uma ação decisiva de caráter estratégico, consoante com as hipóteses de emprego preconizadas no planejamento de alto nível da defesa. Adicionalmente, a possibilidade de emprego de um GptOpFuzNav constitui-se importante fator para contribuir com a negociação na condução de manobras de crises internacionais.

Outro importante fator no desempenho da citada multiplicidade de tarefas na condução de uma operação humanitária no contexto das operações de paz, constitui-se na capacidade para interagir e, assim, coordenar as atividades com outras organizações, muitas vezes de distintas origens e variadas metodologias.

Assim, tem sido constante a busca por parte da Marinha do Brasil por um estreito contato com outras instituições civis e militares, nacionais e estrangeiras, que possam contribuir com a troca de experiências sobre o tema, haja vista o entendimento de que esse tipo de operação atingirá seus objetivos em sua plenitude, quando desenvolvida em um ambiente interagências, cujo foco deva ser na coordenação e convergência dos esforços, com o fito de evitar a duplicidade de tarefas, que teria por consequência o desperdício de recursos de toda ordem.

As operações humanitárias sob a ótica da Força Naval

A minuta da Política Nacional de Defesa (PND), encaminhada para apreciação do

Congresso Nacional em novembro de 2016, destaca os impactos da “mudança do clima”, que poderão acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, exigindo maior capacidade estatal de agir. Nesse contexto, a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o Brasil poderá ser impelido a incrementar sua participação nesses tipos de missões. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e ampliar sua projeção no concerto das nações.

Nesse diapasão, a minuta da Estratégia Nacional de Defesa (END) destaca que, adicionalmente às atribuições constitucionais, as três Forças Armadas deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, para atender a compromissos assumidos pelo país ou para salvaguardar os interesses brasileiros no exterior e, dessa forma, contribuir com os objetivos da política externa exercida pelo Brasil.

Em consonância com esses dois documentos condicionantes de alto nível, a Doutrina Militar Naval (DMN) estabelece os princípios, conceitos e, de forma ampla, os métodos de emprego em combate, ou em outras participações não relacionadas à atividade fim, com o propósito de orientar a organização, o preparo e o emprego do Poder Naval brasileiro.

A DMN tem o propósito adicional de prover às outras organizações componentes do sistema de defesa do Brasil a concepção

de emprego que a MB identifica como adequada, em função das suas especificidades, e na atuação integrada, de acordo com as normas estabelecidas pelo nível político. Esse aspecto é também aplicável na participação em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Nesse contexto, as operações de paz encontram-se relacionadas ao Capítulo 4, que trata do Poder Naval nas atividades de emprego limitado da força. Já o conceito de *operações humanitárias*² está positivado no Capítulo 5, que versa sobre o emprego do Poder Naval nas atividades benignas, que, por suas características particulares, não prevê o emprego da força.

O Poder Naval pode ser empregado, de forma organizada e autossustentável, com capacidades e conhecimentos especializados, a fim de contribuir com atividades benignas, nas quais nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito. Quando desempenhadas no exterior, normalmente, acontecem em ambiente permissivo. Há possibilidade de interação com outras forças singulares nacionais ou estrangeiras, organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas, conforme diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa (MD). Essas atividades decorrem da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), leis complementares e ordinárias, decretos, documentos nacionais de defesa e da missão da Marinha do Brasil (MB), conforme descritas nos próximos tópicos (BRASIL, 2017).

A condução das operações humanitárias no contexto das operações de paz requer um planejamento especial bem como uma íntima coordenação com diversos atores do

cenário internacional, incluindo as diversas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento da Cruz Vermelha Internacional e diversas organizações não governamentais (ONG). Os integrantes, civis e militares, dessas organizações partilham do mesmo propósito: salvar vidas, diminuir o sofrimento do povo e contribuir para reconstrução da região afetada, aceitando até mesmo riscos para suas próprias vidas.

Uma característica marcante desse tipo de operação é o fato de ser, geralmente, limitada no tempo e na área de atuação. Além disso, a assistência prestada pelas forças empenhadas visa a suplementar ou complementar os esforços dos órgãos ou agências de defesa civil da nação vitimada, os quais detêm a responsabilidade primária pelas ações humanitárias. Além disso, outra característica que vale ser ressaltada é a preponderância do esforço logístico sobre as demais atividades militares. Ou seja, o planejamento e a execução dos planos devem priorizar os meios que minimizarão os problemas enfrentados pela população que sofre os efeitos da tragédia. Nesse sentido, visualiza-se que as operações humanitárias se equivalem a uma grande operação logística, na qual os procedimentos táticos e as lições aprendidas no estudo das grandes batalhas — que são comumente analisados, mesmo em um ambiente permissivo, em que não há a utilização da força, pela inconstância situacional em que as operações de paz são estabelecidas — pouco irão agregar ao cumprimento da missão.

Ainda sobre a logística, ressalta-se que o apoio logístico às unidades ou elementos nacionais participantes de uma operação humanitária poderá ser fornecido em parte pela

estrutura logística da ONU. Contudo, em última instância, este apoio é uma responsabilidade nacional. Diante desse complexo cenário de uma operação humanitária, avulta de importância a medicina operativa, que, devido às suas características peculiares, pode prover rápido apoio de saúde, desdobrando-se em tempo exíguo na área de operações. Os hospitais de campanha, os navios hospitalares e a evacuação aeromédica (EVAM) são alguns exemplos de como a Força Naval, valendo-se da medicina operativa, pode contribuir para salvar vidas. Ademais, a medicina preventiva tem importância vital no desenvolvimento das operações, visto que contribui de forma incontestante para minimizar a incidência de óbitos (BRASIL, 2008).

Dentre as medidas de medicina preventiva a serem adotadas, podem-se citar o fornecimento de água potável; a orientação sobre higiene; o saneamento básico; a alimentação adequada; apropriada imunização/vacinação; e a manutenção de um sistema de informações de saúde, baseado em uma vigilância diuturna sobre as doenças infectocontagiosas. Com isso, torna-se essencial a manutenção de laboratórios de campanha, ou aqueles localizados em navios, com a capacidade de diagnosticar com agilidade, essas doenças, prevenindo o agravamento do problema.

Todo arcabouço doutrinário, que baliza as atividades e operações da Força Naval relacionadas ao tema em lide, foi posto à prova em uma das maiores catástrofes naturais já observadas nas Américas, qual seja o terremoto de 2010, no Haiti. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), estima-se que mor-

reram cerca de 217.000 pessoas, além da observância de mais de três milhões de pessoas (1/3 da população) diretamente afetadas, ocasionando também a destruição de aproximadamente 1,3 milhão de casas. Na ocasião, a MB desempenhou um papel desafiador e decisivo na condução da operação humanitária que se seguiu à hecatombe, na qual ficaram evidenciadas as características do Poder Naval — mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade.

Como pronta resposta, o Ministério da Defesa determinou que a MB designasse um de seus meios, com grandes capacidades de carga e anfíbia, para prover ressuprimento ao Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABATT) e ao Hospital de Campanha (HCAMP) da Força Aérea Brasileira (FAB) no Haiti, incluindo a devida ajuda humanitária. Dessa forma, foi prontificado, inicialmente, o navio de desembarque de carros de combate (NDCC) Almirante Saboia, que já estava designado para participar da Operação HAITI-VIII, programada para o transporte do rotineiro ressuprimento para a tropa, sendo assim antecipada de maio para o início de fevereiro.

Assim, foram iniciadas as tarefas de carregamento do navio, cujo planejamento e execução ocorreram de forma a possibilitar a realização do desembar-

que de material sem a necessidade de apoio externo em Porto Príncipe (capital haitiana), em decorrência das dificuldades e problemas apontados no relatório de reconhecimento do Porto, confeccionado pelo GptOpFuzNav-Haiti, em 12 de janeiro de 2010, logo após o terremoto. O embarque da carga em paletes e em contêineres tornou a tarefa mais rápida, sendo necessário um menor número de militares para realizá-la.

Em duas viagens, os NDCC Almirante Saboia e Garcia D'Ávila transportaram aproximadamente 1.087,893 toneladas de carga para a tropa (viaturas, geradores, alimentos etc.) e 1.021,623 toneladas de carga para ajuda humanitária (colchões, material de higiene, gêneros alimentícios etc.).

A extensão das linhas de comunicação marítimas percorridas durante toda a operação humanitária tornou-se um desafio ím-



Figura 1 – Ações do GptOpFuzNav em resposta ao terremoto

Fonte: CMG (FN) FRANCO

par. Adicionalmente, as precárias condições portuárias em Porto Príncipe, imediatamente após o terremoto, indicavam a necessidade de desembarque de material em praias haitianas. Com isso, ficou evidenciada a necessidade de navios com capacidade anfíbia, o que nenhum navio mercante pode proporcionar. A existência de meios aprestados foi igualmente um fator fundamental para fazer frente à situação emergencial apresentada. Caso a Marinha não dispusesse dos NDCC Almirante Saboia e Garcia D'Ávila em condições de pronto emprego, dificilmente a resposta se daria de forma tão imediata, eficiente e eficaz.

Outra importante contribuição da Força Naval para a operação humanitária em tela foi o emprego conjunto de uma missão humanitária, que contou com helicópteros da MB para EVAM,³ e de uma missão médica mista de militares da MB e de servi-

dores civis do Ministério da Saúde do Brasil, a bordo do porta-aviões da Marinha Militar Italiana (MMI) – MMI Cavour. Na ocasião, embarcou no navio italiano, em 28 de janeiro de 2010, no Porto de Fortaleza, uma equipe de 63 militares da MB, composta por seis médicos, uma enfermeira e nove técnicos de enfermagem, além de dois oficiais superiores observadores e dois destacamentos aéreos embarcados (DAE), para apoio às duas aeronaves da MB. Adicionalmente, 11 civis voluntários do Ministério da Saúde apresentaram-se para a execução dos trabalhos de ajuda humanitária ao Haiti.

O MMI Cavour, além de porta-aviões, é um navio de múltiplo emprego logístico, tendo sido considerado, em sua concepção, para uso em operações humanitárias e de suporte às operações militares. A área médica do MMI Cavour é composta, principalmente, por um complexo cirúrgico, que conta, inclusive, com uma UTI. O navio permaneceu fundeado nas proximidades de Porto Príncipe durante toda a comissão. Foram realizados 1.400 atendimentos, sendo 739 na localidade de Saint Marc e 661 na localidade de Jérémie. Em média, foram executados 36 atendimentos/dia, tendo sido realizadas 35 tomografias, 44 ultrassonografias e 81 raios-X.

A presença de um navio com essas caracte-



Figura 2 – Ações do GptOpFuzNav em resposta ao terremoto
Fonte: CMG (FN) FRANCO

terísticas durante as ações no Haiti evidenciou o quão importante seria para o Estado brasileiro a aquisição de uma belonave desse porte. Assim, em abril de 2016, a MB incorporava o navio doca multipropósito (NDM) Bahia. Adquirido por meio de um acordo entre o governo brasileiro e o francês, veio a incrementar a capacidade de mobilidade estratégica do país, além de preencher uma lacuna existente na Força Naval, apontada pela END, quando afirma que, entre os navios de grande porte, deverá ser dispensada especial atenção à obtenção de navios de propósitos múltiplos, pelo fato de sua capacidade dual. Assim, embora planejado para operações de alta intensidade, o NDM Bahia também é indicado para as de baixa intensidade, tais como missões de caráter humanitário e auxílio a desastres. Ele possui ainda capacidade para carregar e descarregar, pelo mar ou pelo ar, e para operar com embarcações de desembarque em mar aberto, além do horizonte.

Desse modo, a incorporação do navio em muito contribuiu para a ampliação das capacidades de operações anfíbias da MB; de comando e controle de grandes áreas oceânicas; de apoio à defesa civil; de apoio às tropas em regiões afastadas; e de comando e coordenação de regiões marítimas em que ocorrerem desastres ambientais, tal qual evidenciado nas operações humanitárias. Observa-se, assim, a importância dessas características, que o tornam apropriado não somente para a defesa da pátria, mas, também, para atividades de emprego limitado da força e atividades benignas, contribuindo para aumentar o grau de versatilidade e flexibilidade do Poder Naval.

No que concerne ao apoio de saúde, ressalta-se que o NDM Bahia possui um amplo complexo hospitalar, com cerca de 500m², capaz de prestar apoio médico-odontológico, dispondo de 49 leitos, uma unidade para tratamento de pacientes críticos, outra para cuidados a queimados, dois centros cirúrgicos, um laboratório, compartimento para exames radiológicos, central para esterilização de material, além de consultórios clínicos e odontológicos.

Ademais, o complexo hospitalar do NDM Bahia possui uma sala para exames biométricos, um laboratório de análises clínicas, uma sala de atendimento de emergência e uma ampla sala para triagem, com 12 leitos. Dependendo do cenário onde o navio tenha de atuar, a sala de raios-X e os dois centros cirúrgicos estão próximos, proporcionando à equipe médica um pronto atendimento aos pacientes. Após a cirurgia, o paciente é removido para uma área de recuperação. Para situações de maior gravidade, existe a unidade de tratamento intensivo (UTI). Nesse centro hospitalar, há ainda uma área especial para atendimento a queimados com três leitos. Essa área conta com uma maca especial para realizar a limpeza da vítima, facilitando a retirada de vestimenta ou qualquer outro material que esteja grudado em seu corpo, para iniciar o tratamento. Por fim, o NDM Bahia também possui uma área de isolamento com dois leitos.

O emprego de fuzileiros navais nas operações humanitárias

Conforme mencionado na introdução, uma das características marcantes para que

uma determinada tropa tenha um adequado desempenho nas operações humanitárias, no contexto das operações de paz, é a flexibilidade. Isto porque deverá desempenhar uma multiplicidade de tarefas que, em muitas das vezes, são adicionais ao mandato da missão.

Nesse sentido, destaca-se que o diferencial nessas situações particulares é o emprego de socorro e ações de reestruturação da parcela social afetada no menor tempo possível, com a maior eficiência e sinergia de esforços, de modo a efetivamente reduzir o sofrimento daqueles que foram atingidos. Contribuindo para tal afirmativa, segundo Oloruntoba (2010), todos esses aspectos convergem para o fato de que as Forças Armadas possuem habilidades e capacidades, tais como planejamento, logística e comunicações, que atendem as necessidades imediatas em respostas a desastres. Essas capacidades inevitavelmente estão presentes nas tropas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da MB.

Parcela intrínseca do Poder Naval, o CFN é formado exclusivamente por militares profissionais, aprovados em concurso público. Constitui-se no principal vetor da MB para a consecução de uma das tarefas do Poder Naval, qual seja a projeção de poder sobre terra. Com isso, seus soldados-marinheiros são adaptados tanto para a vida a bordo dos navios como para as operações em terra. Adicionalmente, os meios de Fuzileiros Navais são específicos para o embarque em navios e posterior desembarque em terra, obedecendo a uma doutrina consolidada, com tropas e meios aprestados em permanente condição de emprego.

Além das características listadas anteriormente, merece destaque a capacidade ex-

pedicionária do CFN, que em muito contribui para o atendimento, no menor tempo possível, às populações afetadas no curso de uma operação humanitária. Dessa forma, a referida característica possibilita o emprego em tempo hábil de força autossustentável, para cumprir missão por tempo limitado e sob condições austeras. Além disso, a necessidade de haver uma doutrina ímpar, organização e meios prontos para o embarque, bem como o oportuno deslocamento em navios da MB para os cenários de interesse, impôs à tropa anfíbia um perfil operacional ágil, leve e eficaz. É justamente esse perfil que habilita os Fuzileiros Navais a serem empregados rapidamente, em diferentes ambientes, longe de suas bases e com distintas capacidades operativas.

Cabe ressaltar que, no que se refere aos Fuzileiros Navais, *expedicionário* relaciona-se ao aspecto expedito e tempestivo em que o conjugado anfíbio pode ser posto em ação e não somente à noção de seu emprego em uma expedição. Esse termo deriva das palavras latinas *expeditus*, que significa um soldado levemente armado, e *expedire*, que significa estar preparado, pronto e em condições de partir. Nesse sentido, relaciona-se ainda a uma operação que abrange a projeção de poder militar, apoiada em extensas linhas de comunicação, sobre uma área operacional distante, para realizar uma missão específica dentro de um prazo delimitado.

Nesse contexto, a capacidade expedicionária do CFN foi reconhecida pela sociedade brasileira, tendo sido positivada na END, a qual aduz que, para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá ainda meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego, sendo certo que

o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência.

No que concerne à organização, as tropas de Fuzileiros Navais são sempre empregadas por meio de GptOpFuzNav. Tal modelo organizacional, além de proporcionar flexibilidade e versatilidade ao comando, pois combina as capacidades e competências dos meios de combate, de apoio ao combate e de apoio de serviços ao combate de forma complementar e integrada, possibilita um emprego gradual. Dessa maneira, os GptOpFuzNav estão em condições de cumprir uma multiplicidade de tarefas, podendo ser empregados em operações com diferentes níveis de uso da força, desde missões humanitárias até as de alta intensidade, e em ambientes operacionais diversos, como o ribeirinho ou o urbano. Essa organização é adotada tanto nas operações singulares como nas conjuntas.

Além disso, cabe ressaltar que, em um GptOpFuzNav, a estruturação da tropa pode ter como núcleo o componente ou parcela de tropa que especificamente realize o cumprimento de uma das tarefas em atendimento aos propósitos das missões. Como exemplo, em uma operação humanitária, o núcleo do GptOpFuzNav pode ser estabelecido nas premissas logísticas, ou seja, no componente de apoio de serviço ao combate (CASC). O acionamento desses componentes faz parte de uma sistematização de adestramentos que lhes conferem apresto operativo para um rápido e eficiente embarque. E a flexibilidade inata aos planejamentos dos GptOpFuzNav é a premissa que possibilita as alterações nas possíveis sequências de desembarque dos meios durante a travessia para a área de operações.

Ao se utilizar o mar, a força naval é capaz de posicionar o GptOpFuzNav em local apropriado e com grande mobilidade pelo emprego de embarcações de desembarque, viaturas anfíbias, aeronaves, entre outros que possam ser projetados em terra. Esse fator pode ser visto como mobilidade estratégica, conferindo a possibilidade de emprego conjugado de modos de transporte marítimos e aéreos.

Nesse sentido, a DBM, em sua última revisão, previu uma nova modalidade de operação anfíbia (OpAnf), denominada de projeção anfíbia, em decorrência do crescente papel do emprego de tropa de Fuzileiros Navais a partir do mar, em operações distintas das quatro modalidades de OpAnf clássicas, como é o caso das operações humanitárias. Tal fato denota, uma vez mais, a flexibilidade da doutrina de emprego dos Fuzileiros Navais, a fim de atender as necessidades atuais do combate moderno.

A projeção anfíbia utiliza-se das capacidades intrínsecas do conjugado anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, entre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como operação de evacuação de não combatentes (OpENC), resposta a desastres ambientais e operação humanitária (BRASIL, 2017).

A própria história do Corpo de Fuzileiros Navais remonta ao traslado em naus para proteger a família real portuguesa em seu deslocamento em direção ao Brasil em 1808, seguida de sua dispersão estratégica

pelo Brasil. Assim, observa-se, a capacidade inata dos combatentes anfíbios de adaptar-se a situações e ambientes desfavoráveis e complexos. Outros exemplos históricos, tais como a tarefa de mobilizar meios e pessoal adestrado para as atuações em Santo Domingo (1965), Angola (1995), Haiti (2004) e Chile (2010), evidenciaram a necessidade de a MB manter permanentemente ativada uma força de desembarque, que vem a ser um GptOpFuzNav de valor *unidade anfíbia*.⁴ Em paralelo, a Esquadra mantém parcela compatível de navios, embarcações de desembarque e aeronaves para o embarque e transporte da tropa, formando assim uma força de pronta resposta, conhecida como Força de Emprego Rápido (FER). Além disso, em consonância com a sua versatilidade, a FER, em situações de emergência, pode dar uma rápida resposta, normalmente requeridas pelas operações humanitárias, através do emprego do seu escalão avançado, no valor de um *elemento anfíbio*,⁵ mas com a estrutura de comando e controle de uma unidade anfíbia, possuindo capacidade de pronta resposta em apoio a operações. As organizações militares que compõem a FER, bem como os navios que a transportam, são pré-selecionadas e se mantêm em um sistema de rodízio. Adicionalmente, observa-se o prazo de 48 horas para estarem prontos, em condições de embarcar, e em até 72 horas já embarcados, com a capacidade de seguir em terra sem reabastecimento por pelo menos cinco dias.

Outra capacidade que convém ser mencionada refere-se ao adestramento adotado pelos Fuzileiros Navais. Baseia-se em um ciclo de atividades consubstanciado em

um total de dezoito meses de exercícios para as organizações militares apontadas como “força-pronta” (ou força de emprego rápido). A parte principal desse ciclo é chamada de eixo central de adestramento, perfazendo à Força uma capacidade intensa de realizar um planejamento detalhado e conduzir uma operação em níveis de excelência. Mais adiante, o treinamento envolve atividades e exercícios conjuntos com outras Forças, sob a coordenação do Ministério da Defesa, abrangendo, por vezes, nações amigas e órgãos de defesa e segurança civil nacionais, trazendo em lide o conhecimento e troca de experiências necessários para as respostas exigidas nas operações humanitárias. Cabe destacar que os exercícios conjuntos com os órgãos de defesa e segurança civil nacionais intensificaram-se após a necessidade de os Fuzileiros Navais formarem um GptOpFuzNav para auxiliar nas respostas aos desastres da região serrana do Rio de Janeiro, no ano de 2011. Nesse sentido, segundo Michele Lipner e Louis Henley (2010), autores de referência nos estudos que apontam a necessidade de coordenação entre civis e militares em prol da otimização das respostas aos desastres, as coordenações antecipadas e os treinamentos conjuntos são de suma importância, para que haja o incremento das premissas básicas e particularidades das operações humanitárias. Assim, o planejamento conjunto antes e após o desastre em respostas humanitárias é essencial, e os Fuzileiros Navais já adotam essa metodologia comumente.

O último semestre desse ciclo encontrava-se destinado ao aprestamento final da tropa indicada para compor o contingente de Fuzileiros Navais presente na operação

de manutenção da paz no Haiti. Além das instruções conduzidas no sentido de preparar os Fuzileiros Navais para a garantia de um ambiente seguro e estável, destacam-se aquelas que apresentam módulos correlatos às operações humanitárias, bem como os seus desdobramentos, fornecendo a consciência situacional aos militares de que a mesma pode ocorrer em um contexto de operações de paz, como por vezes já ocorreu no panorama haitiano.

Um caso de aplicabilidade de sucesso recente no contexto das operações humanitárias nas operações de paz consistiu nas ações de preparação e resposta ao furacão Matthew, no Haiti, em 2016. O furacão atingiu o Haiti, devastando as regiões costeiras do Noroeste e do Sul. A capital Porto Príncipe foi poupada de sua força, ao contrário do departamento de Grand'Anse. As cidades de Les Cayes e Jérémie passaram por grandes inundações, deslizamentos de terra, e vários prédios e estradas foram severamente danificados. Segundo dados do governo haitiano, relatados pelo DPC (Diretório de Proteção Civil), um total de 546 mortes e 438 feridos são os resultados diretos da passagem do furacão, fora os efeitos tardios, tais como inanição e doenças epidêmicas. O GptOpFuzNav, valendo-se da sua estrutura modular e capacidade expedicionária, formou destacamentos com efetivo e meios redimensionados com a missão de, inicialmente, realizar o reconhecimento de cidades mais ao sul do Haiti, já que havia a previsão de se ter maior destruição naquela

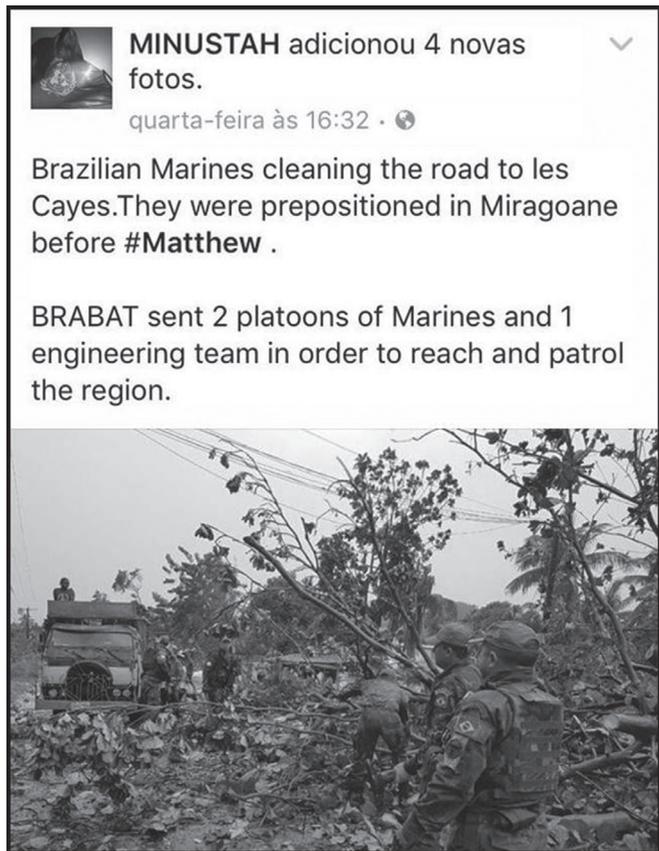


Figura 3 – GptOpFuzNav e o furacão Matthew

Fonte: minustah.org

região do país, e escoltar elementos da Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, que, com os seus equipamentos pesados, estariam aptos a desobstruir vias (**Figura 3**) e ajudar nos resgates. Os Fuzileiros Navais conduziram ações de reconhecimento nas cidades em que as equipes de ajuda humanitária e de defesa e proteção civil da Organização das Nações Unidas (ONU) intencionavam posicionar-se com antecedência para aguardar a passagem do furacão. Além disso, este destacamento militar contribuiu decisivamente para proporcionar a continuidade

do fluxo logístico humanitário entre algumas das cidades mais afetadas. O primeiro destacamento posicionou-se no dia 2 de outubro (dois dias antes da passagem do furacão) na cidade de Miragoane e seguiu posteriormente para Le Cayes e La Borde.

Contudo, a atuação em ambientes complexos e difusos como os apresentados, em uma resposta a uma emergência de caráter humanitário, mostra que a relação entre os atores humanitários e militares tem a tendência de ser difícil, complexa, desarticulada e não construtiva. Além disso, Lipner e Henley (2010) afirmam que os esforços de coordenação durante as respostas de ajuda e socorro para desastres naturais são prejudicados pelo grande número de organizações humanitárias envolvidas. Assim, o GptOpFu-zNav tem em sua estrutura elementos e meios para realizar a coordenação desses atores e seus respectivos meios, de forma que não se tenha duplicidade de esforços, havendo assim otimização dos recursos. Esses elementos constituem parcela da capacidade intrínseca de comando e controle dessa tropa, que se dá por meio de seus militares especializados em assuntos civis, que podem ser até mesmo deslocados para a área afetada, compondo o escalão avançado da FER. Essa função de estado-maior é a chave para realizar a coordenação entre civis e militares, e no bojo das operações humanitárias, é destacada por Butterfield (2010) como um fator em que se deva dar ênfase, principalmente pela necessidade de construção das relações e estabelecimento de papéis aos atores militares e humanitários, tanto na preparação, como na execução da resposta a desastres ou emergências humanitárias. Tal função incide, ainda, dire-

tamente, nas problemáticas ressaltadas por Metcalfe, Hayson e Gordon (2012) sobre as operações humanitárias. Trata-se das disparidades existentes nas avaliações conjuntas das lições aprendidas, nas possíveis estruturas de comando e controle incipientes e ausência de processos que visam facilitar a interação entre os militares e os atores presentes na área de operações, suprimindo finalmente espaços vazios de atuação no amplo espectro do espaço humanitário.

Conclusão

As operações de paz, que, em um passado recente, eram restritas à beligerância entre partidos antagônicos, passaram a ser desdobradas em ambientes complexos. Ao mesmo tempo, o combate, que outrora era observado nos campos de batalhas, passou a ser travado em centros urbanos. Cabe ressaltar também que é latente a tendência de um incremento na incidência de desastres naturais provenientes das ações do homem, da deterioração do ambiente e de mudanças climáticas, carregando consigo uma complexidade de efeitos cumulativos e impacto a um maior número de pessoas e bens. Todos esses fatores destacam que a assunção de operações humanitárias no contexto das operações de paz é uma realidade e pode tornar-se mais frequente. As forças militares têm desempenhado um papel importante na prestação de apoio e ajuda durante essas operações em virtude de sua estrutura organizacional e capacidade logística, possuindo meios e funções capazes de ser rapidamente inseridos e otimizados, tais como combustíveis, equipamentos para transporte, comu-

nicações, equipamentos de engenharia, medicamentos, alimentos e água. Além disso, as forças militares podem implementar suas metodologias de resgate e resposta às emergências, trazendo segurança, transporte, comando, controle e comunicações.

Por fim, em consonância com as ações estratégicas de defesa contempladas na END, o Poder Naval brasileiro tem plenas condições de ser empregado com sucesso

em coordenação com organismos internacionais, por meio do conjugado anfíbio, ou seja, com a atuação de um GptOpFuzNav embarcado, com meios aeronavais adjudicados, possuindo capacidade expedicionária e mobilidade estratégica, podendo responder prontamente a qualquer emergência, podendo ser empregado em operações humanitárias, particularmente aquelas relacionadas às catástrofes naturais. 🌐

Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 1-13: Manual de Operações Humanitárias do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro. 2008.

_____. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 0-1: Manual do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: 2013.

_____. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN 1-13: Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: 2013.

_____. Marinha, Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília-DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

BUTTERFIELD, A.; REARIO, R.; DOLAN, R. **The United Nations Humanitarian Civil-Military Coordination (UN-CMCoord) response to the Haiti earthquake**. Humanitarian Practice Network. Estados Unidos. Ago. 2010.

LAGE, R. R. **Elemento Anfíbio em Operações Expedicionárias: possibilidades para a Marinha do Brasil**. Monografia (apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, C.; L.; A. Projeção Anfíbia no apoio à política externa: construindo parcerias no Atlântico Sul. **Revista Âncoras e Fuzis**. Nº 45. Rio de Janeiro. 2014. P.19-23.

LIPNER, M.; HENLEY, L. Working better together: an NGO perspective on improving Australia's coordination in disaster response. **International Journal of Pharmacy Practice**. Austrália. 2010.

LOPES, R. C. **O emprego da Marinha do Brasil em Operações de Resposta a Desastres**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio – PUC, Rio de Janeiro, 2016.

METCALFE, V.; HAYSON, S.; e GORDON, S. **Trends and challenges in humanitarian civil-military coordination: A review of the literature**. HPG Working Program. Londres. Mai. 2012.

MONTEIRO, A.; D. A próxima singradura. **Revista O Anfíbio**. Ano XXIX – Edição extra. Rio de Janeiro. 2010.

OLORUNTOBA, R. An analysis of the Cyclone Larry emergency relief chain: Some key success factors. **International Journal of Production Economics**. Austrália: Newcastle. out. 2010. p. 85–101.

PEREIRA, R. C. Atuação integrada: a experiência da Coordenação Civil-Militar na passagem do furacão Matthew no Haiti. **Revista Emergência**. Nº 99. Rio Grande do Sul. 2017. p.50-57.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O GptOpFuzNav é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que agrupa os elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades (BRASIL, 2008).

² São operações realizadas em outros países para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência (BRASIL, 2014).

³ EVAM – Evacuação aeromédica.

⁴ Unidade Anfíbia (UAnf) – Grupamento operativo de fuzileiros navais que possui pelo menos um dos seus componentes com valor unidade. Tem capacidade média de prosseguir nas ações por até dez dias sem reabastecimento e pode ser integralmente transportada em meios navais. Tem o efetivo entre 800 e 2.200 militares.

⁵ Elemento Anfíbio (ElmAnf) – Grupamento operativo de fuzileiros navais com seus componentes com valor máximo de subunidade. Tem capacidade média de durar em ação por até cinco dias sem ressurgimento. Tem o efetivo entre 100 e 300 militares.